

A teoria da dependência à luz da realidade atual

The dependency theory in the light of the current state of affairs

Valdenésio Aduci MENDES*

Resumo: Este trabalho visa apresentar os alcances e limites da *teoria da dependência*, delimitada a partir de 1970, como proposta de leitura da realidade econômica do continente latino-americano. Procuraremos mostrar que a *teoria da dependência* está vinculada às ideias mestras da *teoria do desenvolvimento* da CEPAL. Nesse sentido, os alcances da *teoria da dependência*, se comparada com a *teoria do desenvolvimento*, estão vinculados à ideia de que a situação de subdesenvolvimento no continente latino-americano se relaciona com o mundo da economia e da política. Por outro lado, os limites da *teoria da dependência* radicam no fato de que ela não cumpriu com sua proposta inicial, pois sua leitura da realidade latino-americana ficou restrita a aspectos econômicos. A análise parte do pressuposto de que a crise da modernidade se dá em todos os aspectos da vida ocidental, fruto da racionalidade econômica e do desenvolvimento unidimensional, o que atinge a região latino-americana diretamente. Assim, tanto a compreensão da realidade que nos circunda, assim como a sua transformação, exigem que se repense o modelo de homogeneização do padrão de produção e de consumo, vigentes na sociedade latino-americana, cuja matriz é o modelo ocidental dos países do centro.

Palavras-chave: Modernização. Desenvolvimento. Subdesenvolvimento. Economia. Dependência. Ecologia.

Abstract: This work aims at presenting the range and the limits of the *dependence theory*, first outlined in 1970, as a means of analyzing the economic reality of the Latin American continent. The objective of the following article is to demonstrate that the *dependence theory* is closely related to the ideas behind the CEPAL's *development theory*. In this sense, the range of the *dependence theory*, when compared to the *development theory*, is bound to the idea that the underdevelopment state of the Latin American continent is linked to the economic and political worlds. On the other hand, the limits of the *dependence theory* are based on the fact that it hasn't accomplished its initial proposal, since its analysis of the Latin American reality was restricted to economical aspects. This work also assumes that the modern crisis occurs in all aspects of western living, as a result of economic rationality and of a one-dimensional development, which affects directly the Latin America region. Therefore, both the understanding of the reality that surrounds us and of its transformation require us to rethink the homogenization of the production and consumption standards present in the Latin American society, which are based on the western model of the central countries.

Keywords: Modernization. Development. Underdevelopment. Economy. Dependence. Ecology.

Recebido em: 31/03/2010. Aceito em: 20/04/2010.

* Mestre em Ética e Filosofia Política. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorando em Sociologia Política (UFSC) em parceria com a Universidad de Oriente (UDO), Venezuela. valdenesio@gmail.com

1 Introdução

Em termos amplos, as teorias do desenvolvimento podem ser abordadas em quatro grandes modelos: teoria da modernização, da dependência, dos sistemas mundiais e teoria da globalização.

De acordo com a teoria da modernização desenvolvida por Rostow (1974, p. 16-30) é possível classificar todas as sociedades – em suas dimensões econômicas – a partir das seguintes categorias: i) a sociedade tradicional; ii) as pré-condições para o arranco; iii) o arranco; iv) a marcha para a maturidade; v) a era do consumo em massa.

Em linhas gerais, depreende-se das ideias de Rostow a existência de apenas dois tipos de sociedade humana: a sociedade tradicional e a sociedade moderna. O que caracterizaria o primeiro modelo de sociedade seria seu caráter estático, no que tange ao tempo e estruturas sociais. Ao segundo modelo estaria associado o dinamismo próprio das sociedades complexas de alta produtividade econômica, surgidas na alta Idade Média. Nas palavras de Rostow (1974, p. 22):

[...] a contextura da economia se modifica incessantemente à medida que a técnica se aperfeiçoa, novas indústrias se aceleram e indústrias mais antigas se estabilizam. A economia encontra seu lugar no panorama internacional: bens anteriormente importados são produzidos localmente; aparecem novas necessidades de importação, assim como novos artigos de exportação para se contraporem. A sociedade estabelece os acordos que deseja com as necessidades da moderna eficiência da produção, balanceando os novos valores e instituições com os antigos, ou revendo estes últimos de forma a auxiliar e a não retardar o processo do crescimento.

A passagem citada evidencia que o processo de modernização se dá por uma via de transição que vai do tradicional para o moderno, sendo que o crescimento econômico assume o papel mais relevante dentre todas as funções que possa definir uma sociedade. O desenvolvimento não se dá senão fazendo tabula rasa de todos os resquícios culturais, sociais, ideoló-

gicos e religiosos que possam impedir o crescimento econômico; por consequência, as “sociedades subdesenvolvidas” e “nações atrasadas” apresentariam tais resquícios de incivilidade. Nessa perspectiva, as sociedades tradicionais apresentam-se como ponto de partida de um processo contínuo, cuja dinâmica interna de cada uma delas as impulsionará ao estágio de modernização.

Resumidamente, a modernização é um processo homogenizador, já que centro e periferia se parecerão cada vez mais, dada a irreversibilidade desse processo. Numa questão de tempo acontecerá a superação de obstáculos das sociedades subdesenvolvidas, que chegarão dessa forma a novos patamares de civilização. Bastaria que os países do Terceiro Mundo entrassem em contato com esse processo e todos os problemas socioeconômicos seriam resolvidos. Na perspectiva dos teóricos da modernização, o atraso e obstáculo para o desenvolvimento se explica em função de tradições arraigadas; a modernização é um processo progressivo que será não só inevitável como desejável; a modernização seria um processo longo, baseado na evolução e não na revolução.

Consequentemente, “o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são momentos diferentes de um mesmo *continuum*”, e isso quer dizer que o subdesenvolvimento “é uma realidade temporária que será progressivamente substituída pelo desenvolvimento” (FIGUEIREDO, 1978, p. 18), processo que é gradual e se desenvolve através de etapas. A partir dessa perspectiva teórica, se existem países desenvolvidos, se deve ao fato de que estes mesmos países souberam fazer sua tarefa de casa, na medida em que identificaram e superaram os obstáculos que perturbavam as engrenagens do sistema capitalista do qual fazem parte.

Conseguir-se-á atingir tais promessas deste mundo civilizado e próspero abaixo da linha do Equador? Serão estes países capazes de identificar seus “ídolos da caverna”, de descreverem seus obstáculos e superarem suas “incivilidades”? A modernidade não teria empurrado tais países para as profundezas dos mares do subdesenvolvimento ao invés de lhes mostrar a senda “luminosa” do desenvolvimento?

2 A CEPAL e a ideia de desenvolvimento e autonomia latino-americana

Os teóricos da CEPAL¹ constituem a primeira tentativa no sentido de buscar uma resposta para as desigualdades econômicas e sociais preponderantes no continente latino-americano. Inscrevem-se no rol daqueles que querem não só fazer o diagnóstico da realidade latino-americana, mas também desejam apontar possíveis soluções para as “feridas e veias abertas” do continente latino-americano, desde que o homem europeu aportou por aqui. Por isso, tais teóricos desejam a transição do tradicional para o moderno, mas preferem trilhar caminhos diferentes daquele trilhado pelos teóricos da modernização.

Para os teóricos da CEPAL, há uma questão de fundo: a que se deve o déficit de desenvolvimento na América Latina? Por que a América Latina não seguiu a trilha do desenvolvimento europeu e da América do Norte? Quais seriam as razões do desvio?

Para os teóricos da modernização o desenvolvimento é um processo natural, inevitável, que se dá por “estágios”, o qual mais cedo ou mais tarde chegaria a reboque da lei do comércio internacional e das vantagens comparativas.² Os desenvolvimentistas não aceitam o argumento dos “estágios”, pois o comércio internacional gera

transferência de renda da periferia para o centro. Dessa forma, introduzem a ideia de que “o obstáculo ao desenvolvimento possa vir do próprio polo moderno em sua relação com a tradição”. (FIGUEIREDO, 1978, p. 230).

Recorrendo ao modelo de centro-periferia para explicar o subdesenvolvimento da América Latina, Prebisch (1968) relata em conceber o desenvolvimento de forma espontânea, circunstancial ou transitório. Para Prebisch (Ibidem, p. 11), os males que afligem a economia latino-americana “são expressões da crise da ordem de coisas existentes”. O investigador percebia, na estrutura social predominante na América Latina, um sério obstáculo ao desenvolvimento econômico e social. A estrutura social na América Latina se caracteriza por sua falta de mobilidade social, pelo privilégio na distribuição da riqueza que debilita ou elimina o incentivo à atividade econômica.

No entanto, os problemas e dificuldades apontados por Prebisch não surgem de modo exclusivo na estrutura social; apareceram também “na estrutura do intercâmbio, característica dos tempos de desenvolvimento para fora, que precedeu a grande depressão” (Ibidem, p. 15), gerando desequilíbrio para uma das partes que comercializa seus produtos no mercado internacional. Por um lado, enquanto o centro ganha em função de valores que consegue agregar às mercadorias manufaturadas, a periferia perde com os produtos primários exportados, já que agregar valor a mercadorias depende, por sua vez, de domínio de novas tecnologias. Daí a tese central de captação de recursos internacionais para desenvolver a indústria nacional, substituindo o modelo de importação, prevalente até então. Além do que, a modernização da economia dos Estados Unidos e do Mercado Comum Europeu não ocorreu senão em função das restrições à importação e ao protecionismo (PREBISCH, 1968, p. 16), posição dos cepalinos que se defronta com a “ingênua” teoria da modernização, que não percebia que o desenvolvimento dos países do centro gera, necessariamente, a contraface do subdesenvolvimento dos países da periferia.

Detectadas as causas externas do subdesenvolvimento, Prebisch (Ibidem) diz que o desenvolvimento pode ser restringido por diversos

¹ Para entendermos o papel da Comissão Econômica para a América Latina, segundo Marini (1994, p. 3), teríamos que recorrer a uma análise que tem a ver com o papel dos EUA na construção do mundo do pós-guerra, cuja atuação se deu nas frentes política, econômica, militar e ideológica. O objetivo central da CEPAL era estudar os problemas regionais e propor políticas de desenvolvimento e ser uma difusora das teorias do desenvolvimento. Como veremos mais adiante, a CEPAL não seguiu as diretrizes estabelecidas pela ONU, foi além na medida em que procurou explicar as especificidades políticas e econômicas de nossa região.

² Um dos pilares da teoria da Economia Política clássica, que sustentava que cada país deveria se especializar na produção de bens em que possa conseguir maior produtividade. Se Espanha e Portugal tivessem condições de produzir azeite de oliva e vinhos ambos os países deveriam saber, com base nas suas qualidades de solo, geografia, clima, etc., que poderiam melhor desenvolver uma das atividades citadas. Na medida em que possa se dedicar a uma das atividades com a maior qualidade possível, isso traria para o país condições privilegiadas de competência no mercado mundial. Mas a história da economia latino-americana, devido ao seu grau de dependência tecnológica, aponta que dificilmente ultrapassamos o umbral da exportação de produtos primários, e essa crítica ficou evidente nas teses cepalinas.

fatores de ordem interna, dentre eles: agricultura não mecanizada; não paridade salarial entre os trabalhadores do campo e da cidade; a desruralização e não distribuição geográfica da renda; e falta de poupança interna. Na perspectiva do autor, esses seriam os males do subdesenvolvimento, mas quais seriam os remédios? Para ele, as forças do desenvolvimento não podem ser o resultado do jogo espontâneo, tal com defende a teoria da modernização. Por isso, a necessidade de planejar pela ação do Estado, para transformar as estruturas sociais, visando à correção das disparidades distributivas. (Ibidem, p. 22). Deriva daí a tese segundo a qual a superação do subdesenvolvimento se daria mediante a industrialização, promovendo dessa forma o mercado interno, impulsionada por um Estado dotado de uma racionalidade própria, “com a incumbência de intervir até mesmo como agente econômico direto, provendo a necessária infraestrutura para a expansão industrial e a canalização dos recursos nacionais para as novas atividades prioritárias”. (MANTEGA, 1984, p. 38). Em outras palavras, a indústria nacional agregaria valor à matéria prima de determinado país, no sentido de abastecer o mercado interno e, assim, poder concorrer em pé de igualdade com o mercado internacional. O caminho a ser percorrido seria o de substituir as onerosas importações de produtos industriais. (Ibidem, p. 40).

Os trabalhos teóricos da CEPAL vão além da teoria da modernização, na medida em que não desvinculam a situação de subdesenvolvimento do desenvolvimento e na medida em que percebem nas transações comerciais entre nações do centro com a periferia uma desvantagem para estas últimas, em função dos intercâmbios desiguais. As vantagens desse intercâmbio para o centro estão no fato de que os produtos industrializados naquelas nações têm preços mais altos do que os produtos primários das nações periféricas. Por que isso ocorre?

O processo de industrialização previsto pelos teóricos cepalinos teria ocorrido, porém não no sentido que estes a imaginaram. Parece que os mesmos teóricos não perceberam com suficiente clareza que o contexto político e econômico mudara rapidamente a partir de meados da década de 1960, e que o processo de industrialização,

ao invés de nacionalizar-se, ficou monopolizado nas mãos dos países do centro. Surgem “países estranhos” como a General Motors, Exxon, Ford, Shell, Toyota, IBM, Nestlé, Volkswagen, etc., tal como Borón (1999, p. 49) os menciona, cujas cifras de vendas ultrapassam em muito o produto bruto da maioria dos países latino-americanos e passam a dominar o mercado internacional através dos monopólios e cartéis.

Os alcances e limites da teoria cepalina se evidenciam diante desse novo contexto do capitalismo monopolista internacional. Os cepalinos previam que, mediante o processo de industrialização, os obstáculos temporários seriam eliminados e a América Latina entraria na rota segura do desenvolvimento, mas não foi o que ocorreu e a teoria entra em crise, isso por dois motivos:

- a) Nenhuma outra forma de dependência externa é investigada, exceto a questão dos termos de troca internacional.
- b) Nenhuma outra manifestação interna da dependência externa é apontada, com exceção daquelas dos padrões de consumo e de investimento de grupos vinculados à produção de produtos exportáveis. (FIGUEIREDO, 1978, p. 28).

Ademais, o funcionamento do sistema capitalista “desde o início da era moderna foi caracteristicamente macroespacial, de maneira que o subdesenvolvimento se inscreve na sua lógica expansionista”. (MACHADO, 1999, p. 204). O fortalecimento industrial que a CEPAL anunciara como a ferramenta que alavancaria o desenvolvimento autônomo da região latino-americana não fazia senão impulsionar a reprodução ampliada da relação de dependência da região em relação ao mercado mundial, o que tornava impossível conduzi-la a um nível de superação. (MARINI, 1994, p. 7). A industrialização não conseguiu atingir suas metas: as desigualdades e a pobreza extrema seguiam aumentando, a indústria de base seguia dependente das tecnologias externas. De igual forma, os problemas políticos seguiam numa perspectiva de instabilidade. Nesse período, as “feridas e veias” do continente continuariam abertas, motivadas, desta vez, pela presença dos estados de exceção (ditaduras) no continente.

A teoria da dependência seria capaz de explicar o novo contexto de dependência, e, conseqüentemente, de subdesenvolvimento na América Latina?

3 A teoria da dependência e seus alcances

A formação da teoria da dependência sofre influência de pelo menos duas vertentes: a vertente do estruturalismo da CEPAL, conforme esboçada acima, e a influência marxista. É importante também ter claro que não se trata de uma escola, mas um “movimento” heterogêneo de autores³ (BERNECKER & FISCHER, 2006, p. 39) que procura analisar distintos aspectos da realidade política, social e econômico latino-americana. Não é nosso objetivo analisar a plêiade de autores desse movimento.

Analisaremos os principais pontos que dizem respeito à teoria da dependência presentes nas reflexões de André Frank, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e Charles Bettelheim. Isso nos daria uma visão das perspectivas ortodoxa e não ortodoxa presentes no pensamento sobre a dependência na América Latina.

Bettelheim (1976, p. 52) argumenta que a expressão “países subdesenvolvidos” é pouco científica e deveria ser substituída pela expressão “países explorados, dominados e de economia deformada”. Também se posiciona contra a teoria da modernização, dizendo que os países hoje industrializados não eram países economicamente dependentes; não suportaram a carga de pesadas obrigações exteriores (juros, dividendos, *royalties* pagos a capitalistas estrangeiros) e, de igual maneira, não tiveram de enfrentar a concorrência de indústrias poderosas já estabelecidas; tampouco dependiam, para a sua reprodução ampliada, de importações de equipamentos vindos do exterior (Ibidem, p. 53). As

regiões subdesenvolvidas teriam evoluído no mesmo tempo, porém não do mesmo modo, nem no mesmo sentido e direção daquele dos países autocentrados.

Na perspectiva de Bettelheim (Ibidem), os economistas da teoria da modernização costumam fazer a análise do subdesenvolvimento com base num ciclo vicioso, que resumidamente seria assim: nossas regiões apresentam uma baixa renda nacional *per capita* que esmaga seus habitantes; em função dessa realidade, haveria um baixo nível de investimento corrente.⁴ Do ponto de vista de tais teóricos, a saída do ciclo se daria nos seguintes termos: investimentos de capitais estrangeiros; fomento de poupança interna; favorecimento para o surgimento de uma classe de empresários capitalistas tanto no campo como na cidade, apoiados pelo Estado, sob a forma de estradas de rodagem e de ferro, de fornecimento de energia barata, etc. (BETTELHEIM, p. 54-55).

É preciso substituir essa análise mistificadora do pretenso “subdesenvolvimento”, diz Bettelheim (Ibidem, p. 56), por “uma análise que não isole a situação desses países para fazer dela uma coisa em si, mas que, ao contrário, coloque esses países na cadeia dos elos de dependência e de exploração em que estão inseridos e da qual é necessário que eles saiam[...]”

A tese do autor é a de que a dependência é o resultado das variáveis políticas e econômicas. Quanto à dependência política, ela pode ser do tipo colonial, semicolonial e neocolonial. Quanto à dependência econômica, ela pode ser comercial e financeira. Esses tipos de dependências não são fins em si mesmos, o fim é a maximização do lucro do capital monopolizador por parte das economias centrais. O resultado desse quadro é o sufocamento e o bloqueio do desenvolvimento dos países “subdesenvolvidos”, proporcionados por fatores de ordem espontânea e de ordem interna, sendo estes últimos de natureza econômica, técnica, social e cultural. (Ibidem, p. 66). Segundo Bettelheim (Ibidem), sem independência política e independência

³ Citemos os mais conhecidos: André Gunder Frank, Ruy Mauro Maurini, Luis Vitale, Fernando Henrique Cardoso, Aníbal Quijano, Octavio Ianni, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Theotônio dos Santos. Tais autores poderiam ser classificados com base num enfoque “ortodoxo” ou “não ortodoxo”, sendo que os primeiros se caracterizam por uma característica utópica e idealista e um algo grau de politização, ao passo que na segunda perspectiva esses elementos jogam um papel subordinado. (BERNECKER & FISCHER, 2006, p. 40).

⁴ Portanto, BRP (baixa renda *per capita*) = BNI (baixo nível de investimento) = CL (crescimento lento) = BRP, fechando o ciclo vicioso do subdesenvolvimento, e, logicamente, recomeçando outro ciclo.

econômica não há condição do desenvolvimento econômico e social. Mas sem uma profunda revolução democrática, o dito anteriormente não passaria de fogo fátuo. Por outro lado, colocar a solução para o problema em termos tão amplos e ideológicos parece não contribuir em muito com a autonomia das regiões subdesenvolvidas.

Andrew Gunder Frank (1976) é outro referencial importante na análise da realidade econômica latino-americana e da teoria da dependência. No artigo “Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano”, o autor desenvolve três críticas importantes: afirma que os países atualmente desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, contrapõe-se aos teóricos da modernização e discorda da CEPAL, no sentido de que o subdesenvolvimento contemporâneo de um país possa ser compreendido como produto ou reflexo exclusivamente de suas próprias características ou estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais. E, por fim, critica a ideia de que as sociedades e economias dos países subdesenvolvidos sejam duais. Sua tese geral é a de que,

[...] quer as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento no plano internacional, quer as instituições subdesenvolvidas das áreas domésticas chamadas atrasadas ou feudais de um país subdesenvolvido, quer as instituições chamadas capitalistas de suas áreas supostamente mais progressistas, todos esses aspectos são produtos de um processo histórico único: o processo de desenvolvimento do capitalismo. (FRANK, 1976, p. 27).

Apoiado no enfoque histórico e estrutural, Frank defende que, na estrutura metrópole-satélite, as metrópoles tendem a se desenvolver e os satélites a se subdesenvolverem.⁵ Produção

⁵ Por isso desenvolve outras hipóteses, que resumidamente poderiam ser enunciadas assim: I- o desenvolvimento das metrópoles nacionais e locais subordinadas são limitadas pela sua própria situação de satélites; II- os satélites experimentam seu maior desenvolvimento econômico e especialmente seu desenvolvimento industrial mais classicamente capitalista *se e quando* seus laços com as metrópoles se encontram enfraquecidos (grifo do autor). Um corolário dessa hipótese seria: quando a metrópole se recupera de sua crise e restabelece os laços de comércio e investimento que reincorporam completamente os satélites ao sistema, ou quando a metrópole se expande e incorpora ao sistema mundial regiões até então isoladas, o desenvolvimento e a industrialização anteriores dessas regiões são bloqueados ou desviados para direções que não são auto-sustentável nem pro-

de bens de capital, mercado interno amplo, transferência da mão de obra dos setores de baixa produtividade para os setores de alta produtividade e redistribuição de rendas seriam fatores, segundo Cardoso e Faletto (1975, p. 10), que, atuando em conjunto, pareciam ser suficientes para assegurar o automatismo do crescimento na América Latina em princípios da década de 1950, tal como previsto pelos cepalinos. Isso não foi o que ocorreu. Mas por quê?

Na introdução da importante obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Cardoso e Faletto (Ibidem, p. 15) apresentam a hipótese de que o decréscimo do ritmo de crescimento iniciado em fins dos anos 1950 se deve ao reaparecimento dos antigos problemas do continente com novos protagonistas sociais ou com os mesmos de sempre, revestidos de aparência moderna. A hipótese de trabalho já sinaliza a proposta de uma análise integrada do desenvolvimento, daí a crítica ao procedimento metodológico apoiado apenas no estruturalismo, tal como vinham defendendo os cepalinos e a teoria da modernização.

Trata-se para os autores de “buscar uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não só justapô-los”. (Ibidem, p. 21).⁶ Posicionando-se contra a corrente da teoria da modernização que procura desvincular a economia da política, os autores em questão procuram explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, por isso buscam “um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se

missora; III- as regiões que hoje são as mais subdesenvolvidas e aparentemente feudais são as que no passado tiveram as ligações mais estreitas com a metrópole. São as regiões que foram as maiores exportadoras de produtos primários para a metrópole mundial, e que foram abandonadas pela metrópole quando, por um ou outro motivo, os negócios caíram (Ibidem, p. 31-36).

⁶ Estrutura e superestrutura, dois conceitos caros ao marxismo que nos remete à discussão marxista em torno do método mais apropriado para a leitura da sociedade. A ortodoxia marxista tendeu à defesa de que “em última instância” é sempre a estrutura que determina a superestrutura, prevalecendo assim o determinismo econômico em termos de análise social. A corrente heterodoxa do marxismo ocidental, representada, sobretudo pelas figuras de Gramsci e Georg Lukács darão uma guinada metodológica na história do marxismo, propondo que estrutura e superestrutura se complementam e não se excluem necessariamente.

expresse como dominação social, isto é, como política”. (CARDOSO e FALETTO, 1975, p. 23). Em outras palavras, sistema econômico e sistema social se relacionam e se complementam, mas o método proposto iria além, uma vez que é necessário estudar as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas numa perspectiva dialética. Ou seja, a realidade política e econômica latino-americana é fruto das conexões entre a realidade interna de cada país subdesenvolvido da região e desses com os países desenvolvidos do planeta, já que “a especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades ‘periféricas’ e ‘centrais’”. (Ibidem, p. 25).

Portanto, o processo de subdesenvolvimento da região latino-americana não seria apenas uma questão de diferença de etapas ou de estágio do sistema produtivo, tal como enfatizam os teóricos da modernização; ao contrário, há séculos de história por detrás de nossa condição, a qual tem início com o capitalismo comercial e prossegue com o capitalismo industrial e monopolista do final do século XX. O subdesenvolvimento latino-americano supõe também uma estrutura definida de relações de dominação, evidenciando dessa forma que a esfera política (a superestrutura, para pensarmos em termo marxistas) também influi necessariamente na forma de desenvolvimento.

E, para sermos coerentes com o método dialético marxista, é preciso analisar não só a forma como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial, defendem os autores, mas também “a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe”. (Ibidem, p. 26). Só a partir daí aparece a noção de dependência que “alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo”. (Ibidem, p. 27). Ou seja, fluxos de mercados não são suficientes para explicar a situação de dependência econômica latino-americana, pois a “inter-relação entre os

grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos” (Ibidem, p. 27) joga um papel fundamental na configuração de dependência ou autonomia dos mesmos.

Se a complexidade da realidade política e social latino-americana pudesse ser reduzida a anomalias e pudesse ser definida em termos de sociedades “atrasadas”, tal como pensam os teóricos da modernização, quanto tempo levaria ainda para que pudéssemos sair dessa situação que perdura há séculos? A teoria da modernização não dá resposta a essa interrogação, exatamente porque nossas desigualdades e subdesenvolvimento não se inscrevem numa perspectiva evolutiva das economias dos países centrais. Nossa dependência não se define em termos de anomalias ou de atrasos, ela é produto de relações históricas desiguais entre as coroas espanholas e portuguesas e suas colônias; entre o poderio inglês e seu afã de extração de excedente de nossa força de trabalho; entre os USA e sua voracidade de consumo, satisfeito mediante a expropriação da matéria prima do continente latino-americano.

Trata-se, portanto, de saber, segundo Cardoso e Faletto (Ibidem, p. 140), como se produziu em cada momento particular a relação entre periferia e centro, já que “não existe uma relação metafísica de dependência entre uma Nação e outra, um Estado e outro”. A tese central para os autores é a de que as dimensões internas e externas nos países em processo de desenvolvimento, “expressam-se no plano social, onde adotam uma estrutura que se organiza e funciona em termos de uma dupla conexão: segundo as pressões e vinculações externas e segundo o condicionamento dos fatores internos que incidem sobre a estratificação social”. (Ibidem, p. 37). Em palavras mais simples, Estado, classe e produção não são realidades estanques e separadas, mas se relacionam em contextos endógenos e exógenos para configurar uma situação de dependência ou autonomia de cada país.

Da análise efetuada até aqui se depreende do pensamento de Cardoso e Faletto (Ibidem) que: a) o desenvolvimento é um processo social; b) a teoria da transição de estágios dos teóricos da modernização não explica nosso contexto de subdesenvolvimento e de dependência; c) a

dependência não é apenas uma variável externa, ela integra um sistema de relações endógenas e exógenas; d) as dimensões econômicas, sociais e políticas não são concebidas disjuntivamente, mas ligam-se para mostrar a realidade latino-americana.

Munidos dessa ferramenta metodológica, só depois de esboçar a ruptura do pacto colonial é que os autores começam a falar do novo caráter da dependência, associada à internacionalização do mercado, extrapolando, dessa forma, o sistema importações-exportações: “agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos mercados nacionais”. (Ibidem, p. 125). O populismo e o nacionalismo pareciam ser os melhores antídotos contra a situação de dependência que vivia a América Latina em relação aos países centrais, mas essa política amplamente difundida em países como a Argentina, México e Brasil se mostrou insuficiente para reverter o quadro de subdesenvolvimento na região. Ao invés de autonomia, o quadro que se apresenta é de heteronomia com as seguintes características:

O desenvolvimento do setor industrial continua dependendo da ‘capacidade de importação’ de bens de capital e de matérias-primas complementares para o novo tipo de diferenciação do sistema produtivo (o que conduz a laços estreitos de dependência financeira), e ademais essa forma de desenvolvimento supõe a internacionalização das condições do mercado interno [...] através dos capitais, da técnica e da organização transferidos do exterior inaugura-se um novo eixo de ordenamento da economia nacional. (CARDOSO e FALETTO, 1975, p. 128-129).

Dependência tecnológica e financeira em relação ao centro, eis as novas causas do não desenvolvimento no continente latino-americano. Em outros termos, o novo tipo de dependência na América Latina está associado à penetração de seus países pelas corporações multinacionais, as quais estariam internacionalizando os setores dinâmicos da economia, “afetando a natureza da estrutura de produção e os sistemas de tomada de decisão e distribuição de renda”. (FIGUEIREDO, 1978, p. 45). Assim,

se a teoria da dependência ainda tem o Estado-Nação com epicentro das decisões políticas e econômicas, o novo contexto de especulação financeira, de revolução informática em todas as áreas, de empresas que operam em escala planetária, de abertura e desregulamentação dos mercados, de redução do Estado através de privatizações e da adoção de políticas fiscais mais rigorosas, vem mostrando novamente a debilitação das economias periféricas e o fortalecimento do centro.

É certo que as fronteiras de alguns Estados se tornaram débeis demais para poderem se proteger dos ânimos do mercado, mas o imperialismo parece não ter desaparecido, como desejariam Michael Hardt e Toni Negri em nome do “império”. Por um lado, continuam ainda a existir “burguesias nacionais”, mas, por outro, o capitalismo cada vez menos reconhece filiações, navega pelo mundo sem pátria. Contrariando aspectos da teoria da dependência, a realidade econômica que se apresenta não reflete a expansão do mercado interno baseada nos investimentos estrangeiros. Afinal, “se a entrada de capitais estrangeiros durante um período da economia brasileira chegou a viabilizar processos de desenvolvimento, estes não foram suficientes para transformar a condição de economia periférica”. (SAMPAIO, 2005, p. 23).

Assim, seguem as discussões sobre o desenvolvimento na América Latina e países periféricos em busca de alternativas no sentido de superar os efeitos colaterais de um modelo que até agora mostrou muito pouco em termos de inclusão social e de um futuro melhor para as gerações vindouras.

4 Subdesenvolvimento do desenvolvimento: a teoria da dependência e seus limites

Os países latino-americanos são subdesenvolvidos ou explorados? São explorados por que são subdesenvolvidos ou são subdesenvolvidos por que são explorados? Se nos mantivermos presos ao círculo desse tipo de raciocínio, sem dúvida estaremos dando razão, uma vez mais, aos teóricos da modernização. Se não falta absolutamente nada para garantir a sobrevivência no planeta, porque os latino-americanos

dependem dos países da Europa e da América do Norte? Considerando que somos dependentes, o somos de quê e em relação a quê? Como escapar da complexa situação (que extrapola qualquer atributo lógico) de que nossa riqueza é nossa pobreza? Que outro modelo de desenvolvimento se contraporá a esse modelo que se funda na antiecológica? O que resultou (e continua a resultar) do modelo desenvolvimentista não foi (é) exatamente o subdesenvolvimento?

A crise ambiental na qual o mundo está mergulhando não é fruto de forças ocultas ou metafísicas, ela é fruto de um modelo econômico, político, científico e técnico, e nela estamos envolvidos todos; o fenômeno já não é mais algo relacionado a uma parte pobre do planeta, seja da Ásia, da África ou da América Latina. Esta crise ambiental e de risco ecológico se nos apresenta como um limite nunca antes vivenciado pelo homem na face do planeta, o que poderá ou não reorientar nossa atuação no curso da História, porque essa é uma crise que nos apresenta “limite de crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limites da pobreza e das desigualdades sociais”. (LEFF, 2003, p. 7).

Em sua famosa IX tese sobre o conceito de história, Benjamin (apud LOWY, 2005, p. 87.) analisa o quadro *Angelus Novus* de Klee, representando um anjo que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava seu olhar. O autor segue em suas reflexões:

[...] Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o emaranhado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade.

Poluição de rios e matas ciliares, devastação de florestas inteiras, secagem de rios, radiatividades atômicas, contaminação de lençóis freáticos, envenenamento dos solos de manejo agrícola com pesticidas, lixões maiores que muitas cidades, desertificação, desmatamentos, inundações, envenenamentos por dióxido de

enxofre, alimentos contaminados por pesticidas e modificados geneticamente, emissão de gás CO₂, extinção de espécies e tráfico de animais, erosão de solos, esgotamento de reservas de peixes, desaparecimento dos bosques, aquecimento global, perda da biodiversidade, chuva ácida, buraco na camada de ozônio, etc. – eis aí alguns dos escombros associados a essa tempestade do progresso tão belamente descrita por Benjamin, fruto de uma intervenção social, política e científica, certamente colocada em marcha há pelo menos seiscentos anos em solo europeu, cujos resultados desastrosos são colhidos na América Latina como um todo.

São os gregos que introduzem a ideia do crescimento natural dos conhecimentos no curso do tempo e do conseqüente desenvolvimento natural da humanidade, ao passo que os cristãos introduzem a ideia de aperfeiçoamento espiritual da humanidade. Com Santo Agostinho, prevalece a ideia de um desenvolvimento que vai da cidade dos homens à Cidade de Deus, de modo que o progresso seguiu seu curso desde os gregos até a alta Idade Média na busca do equilíbrio entre forças materiais e espirituais. A partir daí, a fé se chamava progresso e a vida boa é parte deste mundo e não do além. A felicidade terrestre foi prometida por capitalistas e socialistas; o passado, as tradições, as sociedades arcaicas, tudo isso seria arrastado, varrido e lavado pela maré do desenvolvimento. A secularização e a emancipação individual constituíam as duas maiores promessas de um futuro radioso e de prosperidade para todos...

A maré inevitável do progresso seguia o seu curso, agora aliado à economia, elevada à mãe das Ciências e à categoria de entidade fechada, desvinculada de qualquer parâmetro sociológico, filosófico, cultural e político. A economia perdeu o sentido da realidade e da complexidade tornando-se “incapaz de prever suas perturbações e seu devir, e torna-se cega ao próprio econômico [...] Ela produziu melhorias consideráveis no nível de vida; ao mesmo tempo provocou perturbações no modo de vida”. (MORIN, 2002, p. 65-66). A promessa parece não ter se cumprido. Por toda parte, “se sente que não nos dirigimos a um futuro radioso e nem mesmo

a um futuro feliz”. (Ibidem, p. 77).

A ideia dominante de desenvolvimento, segundo Morin (2002, p. 77), se sustenta em um mito global “no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar”. De outro lado, esta é uma concepção redutora,

[...] em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Essa concepção tecno-econômica ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento se apresenta gravemente subdesenvolvida. A noção de subdesenvolvimento é um produto pobre e abstrato da noção pobre e abstrata de desenvolvimento (Ibidem, p. 78).

Essa teleologia histórica levaria em seu bojo a satisfação das necessidades básicas e o acesso ao reino da liberdade. A emancipação das sociedades “primitivas” se daria “pela clareza do conhecimento e da desalienação do mundo pré-moderno pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia”. (LEFF, 2000, p. 6). O problema da disjunção entre os conhecimentos não afeta apenas à economia, também a política não comunga com a economia, nem com outros importantes saberes. A política também sofre da miopia da especialização, reduzida muitas vezes a aspectos técnicos e quantitativos, o que a incapacita para lidar com a solução dos problemas complexos da sociedade atual.

Resumidamente: de um lado a promessa da liberdade na carona do ideário de mercado: bastaria apertar o piloto automático e a felicidade geral seria uma questão de tempo. Bastaria varrer “velhas” e “arcaicas” ideologias comunitárias para que entrássemos na correnteza do desenvolvimento. Vimos que o capitalismo não conseguiu conciliar liberdade e igualdade. De outro lado, a igualdade seguiria, segundo os socialistas, de mãos dadas com um Estado planejado. Aqui, o desenvolvimento seria resultado de esforços voluntários, intencionais e planejados. Sabemos hoje que a igualdade em solo socialis-

ta não conduziu à liberdade e que a planificação resultou num capitalismo de Estado que soube caçar “bruxas” e inimigos do sistema, talvez melhor do que a Santa Inquisição. De um lado e de outro, capitalismo e socialismo não escapam da visão economicista do mundo. De um lado e de outro, confundiu-se igualdade com homogeneidade e não reconhecimento de diferenças.

O que nos restaria, então, diante de um quadro que não é promissor? Restaria a lamúria e a posição dos céticos que pensam suspender seus juízos em situações de crise, dizendo que não têm nada a ver com isso? Ou restaria um relativismo cultural pós-moderno? Abaixo da linha do Equador seguiremos lendo nossa realidade com base nas velhas metáforas de países desenvolvidos/subdesenvolvidos, avançado/atrasado, Primeiro Mundo/Terceiro Mundo? Haveria a possibilidade de alternativas?

A teoria da dependência teve o mérito de desmascarar a tese de que o desenvolvimento possa ser uma noção universalmente neutra. Foi capaz de mostrar que, ao invés de se ter uma situação de acumulação ou expansão para todos, o capitalismo apresenta diferença de poder entre unidades do sistema (intra ou inter Estados-Nações) em termos econômicos e políticos. (LINS, 1991, p. 68). Até aqui, temos o alcance da teoria, mas os limites se apresentam na medida em que tal teoria não consegue romper com a racionalidade econômica instrumental. As crises ambientais hoje globalizadas estão aí para questionar as premissas ontológicas, epistemológicas e éticas com as quais se fundou a modernidade, as quais negaram as leis, os limites e os potenciais da natureza e da cultura; a degradação ambiental é produto de um paradigma societário globalizado e homogeneizador que negou o heterogêneo e o valor da diversidade (LEFF, 2000, p. 6). Para além da possibilidade de aceder a um estado de equilíbrio através de uma “gestão racional do ambiente”, também desejada pelo capitalismo e neoliberalismo de maneira geral, “a sustentabilidade recoloca a relação entre cultura e natureza; entre as diferentes significações culturais e os diversos potenciais da natureza”. (Ibidem, p. 8).

Nesse sentido, o desafio que se nos apresenta em qualquer parte do planeta é o de pensarmos o desenvolvimento na perspectiva

pluridimensional, ultrapassando os limites da unidimensionalidade. Nesse caso, a política, em sentido amplo, entra em cena novamente, não no sentido totalitário, nem no sentido técnico, mas no sentido multidimensional e da complexidade. Se há um desafio no sentido de reapropriação social da natureza, para lembrarmos Leff (Ibidem), esse não é um problema apenas de custo/benefícios, é um problema que diz respeito a todos os afetados. Nesse caso, a economia, enquanto esfera de decisões, não teria mais como continuar reivindicando para si um papel imune a qualquer discussão política.

5 Considerações finais

La insustentabilidad del planeta y de la humanidad, es un cuestionamiento de los fundamentos de nuestro ser en el mundo [...] el problema de la sustentabilidad no solo remite a un cuestionamiento de la modernidad, sino a una auténtica crisis de civilización, que abre una transformación de nuestra existencia histórica.

(Enrique Leff)

Iniciamos nossas reflexões fazendo referência à teoria da modernização para tão logo fazermos uma breve incursão sobre a teoria desenvolvimentista dos teóricos da CEPAL. Em linhas gerais, a teoria da modernização sustenta que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são momentos diferentes de um mesmo *continuum*. Em outras palavras, o subdesenvolvimento é uma realidade temporária que será progressivamente substituída pelo desenvolvimento. A modernização ocorreria mediante a superação de fases, que vai de uma situação de “atrasos” sociais a uma nova situação onde o consumo ocorrerá de forma massiva.

Depois de longas lutas e batalhas pela independência política na América Latina, o século XIX representa o ponto de partida da inserção de nossa região no cenário econômico internacional. A região procurou desenvolver sua economia com base no modelo econômico primário-exportador (SAMPAIO, 2005, p. 20), o qual apresenta, como visto anteriormente, vários aspectos

relativos à dependência: 1) desigualdade nos termos de troca de mercadorias em função do baixo valor agregado dos bens exportados; 2) o modelo primário exportador; 3) mercado interno débil; 4) a aliança entre capital estrangeiro e elite local; 5) modernização conservadora, dependente de tecnologias externas; 6) incapacidade de fomentar poupança interna; 7) concentração de renda interna.

As premissas teóricas da CEPAL são formuladas nesse contexto descrito, propondo que os países latino-americanos necessitariam acelerar seu processo de industrialização, visando com essa proposta substituir a política de importações e diversificar a estrutura produtiva. Para a reversão desse quadro, os cepalinos defendiam uma forte intervenção do Estado na economia em parceria com a classe empresarial, visando criar uma plataforma de investimentos, dando prioridade ao capital nacional. Embora se reconheça méritos aos teóricos cepalinos por terem percorrido caminhos próprios na compreensão do subdesenvolvimento da região latino-americana, em linhas gerais, não divergem muito dos teóricos da modernização no sentido de que almejam percorrer as trilhas traçadas pelas nações industrializadas do século XIX (Ibidem, p. 21). Não obstante os esforços feitos para propor a mudança da drástica realidade da economia da região, a renda continuou concentrada nas mãos de poucos, o mercado interno não mostrou desempenho, os métodos produtivos continuaram dependendo da importação de tecnologias dos países centrais.

A teoria da dependência está estritamente relacionada às reflexões iniciadas pelos cepalinos, percorrendo, porém, outro caminho. Os teóricos cepalinos estavam corretos ao detectar que a situação de dependência estava preponderantemente relacionada aos desequilíbrios nas relações de troca no comércio exterior. Por outro lado, os teóricos da dependência, na expectativa de irem além, analisaram a questão de uma perspectiva dialética, no sentido de que os fatores econômicos e políticos exógenos e endógenos se relacionam para estabelecer uma conjuntura de desenvolvimento ou subdesenvolvimento em cada país. Para os teóricos da dependência, a especificidade da região latino-

americana apontava para o fato de que mesmo que tenham ocorrido mudanças significativas na base industrial da região, isso não tinha significado, ainda, distribuição de renda, controle da inflação, controle dos déficits no balanço de pagamento e desenvolvimento à altura dos países europeus e da América do Norte.

A década de 1980 ficou conhecida com a “década perdida”, pois as tentativas de estabilização da economia fracassaram. A realidade econômica que se apresentava não refletia a expansão do mercado interno baseada nos investimentos estrangeiros (SAMPAIO, 2005, p. 22-23). O novo contexto político e econômico internacional contrariou, dessa forma, as expectativas e otimismo dos teóricos da dependência, sobretudo Cardoso e Faletto (1975). O processo de globalização financeira da década de 1980 já sinalizava o que estava reservado para a economia latino-americana na década de 1990. As receitas do “Consenso de Washington” desembocaram num processo de profunda crise, cujas propostas consistiam em reduzir o Estado através das privatizações e adoção de políticas fiscais mais rigorosas. Após pouco mais de uma década, “o único êxito apontado foi o combate à inflação, pois o que se observa é um cenário de desemprego, recessão, baixos salários e crescimento econômico insuficiente”. (Ibidem, p. 23).

Segundo dados da CEPAL, divulgados no informe Latinobarómetro de 2007, as estatísticas no ano de 2005 indicam que 39,8% e 15,4% da população latino-americana se encontram em situação de pobreza ou de pobreza extrema, respectivamente; porcentagens essas que sinalizam que ao redor de 209 milhões de pessoas se encontram em situação de pobreza e 81 milhões em condições de indigência. O mesmo estudo também aponta que o quesito distribuição de renda tem apresentado avanços muito tênues, sendo que a mesma desigualdade se manteve invariável durante a década de 1990, piorando inclusive no começo da presente década. (LATINOBARÓMETRO, 2007, p. 4-5).

No bojo do cenário anteriormente descrito, a crise se expande para outros recônditos, até então deixada de lado e empurrada para debaixo do tapete da racionalidade econômica. Fala-se de uma crise da qual nenhum país ficaria de fora.

Está se falando da falência de um modelo de desenvolvimento tido até então como corolário da felicidade humana no planeta. A crise na qual estamos todos inseridos é econômica, política e científica. As fontes de matéria-prima e de energias que o mercado supunha inesgotáveis estão no seu limite, o que nos remete para a crise mais grave de todas as crises, a crise ecológica.

Cruzar-se-á os braços? Suspende-se-á os juízos diante dos fatos? Certamente que não. Esse é um momento em que economia, política e ciência só conseguirão sair do casulo em que se encontram, caso se tenha a coragem suficiente de entrar num debate com todos aqueles que serão afetados direta e indiretamente com o novo modelo de desenvolvimento a ser pensado. E, para isso, todas as esferas precisam ser democratizadas, inclusive a economia e o mercado.

Referências

BERNECKER, W. L.; FISCHER, T. Auge y decadência de las teorías de la dependência sobre América Latina. In: **Revista Política Hoje**, 2006. Disponível em: <<http://www.politicoahoje.com/ojs/include/getdoc.php?id=353&article=128&mode=pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2008.

BETTELHEIM, C. A problemática do “subdesenvolvimento”. In: PEREIRA, Luis. (Ed.) **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

BORÓN, Atilio. **América Latina experimenta todos los rigores de la nueva fase del imperialismo**. Disponível em: <<http://uruguay.indymedia.org/news/2005/06/35540.php>>. Acesso em: 05 jan. 2008.

_____. **América Latina: el mito del desarrollo capitalista nacional em la nueva conyuntura política**. Disponível em: <<http://www.espacioalternativo.org/node/1954>>. Acesso em: 06 jan. 2008.

CARDOSO, F. H.; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

CARDOSO, F.H. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorías do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: 1993.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. **Informe Latinobarómetro 2007**. Santiago de Chile. Disponível em: <www.latinobarometro.org>. Acesso em: 01 dez. 2007.

- FIGUEIREDO, Vilma. **Desenvolvimento dependente brasileiro**: industrialização, classes sociais e Estado. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- FRANK, A. G. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, Luis (Ed.). **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- LEFF, Enrique. Tiempo de sustentabilidad. **Ambiente & Sociedad**. [online]. 2000, n. 6-7 [citado 2008-02-02], pp. 5-13. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753-X2000000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jan. 2008.
- _____. **¿De quién es la naturaleza?** Sobre la reapropiación social de los recursos naturales. Disponível em: <www.nuso.org/upload/articulos/2989_1.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2008.
- _____. **La complejidad ambiental**. México: Siglo XXI Editores, 2003.
- _____. **La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable**. Disponível em: <www.clacso.org.ar/difusion/secciones/osal/Descargables/articulos-general/enrique-leff-completo.doc>. Acesso em: 02 jan. 2008.
- LOWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.
- MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estud. av.** [online]. 1999, v. 13, n. 35 [citado 2008-02-02], p. 199-215. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 jan. 2008.
- MACHADO, L. P. Alcance e limites das teorias da modernização. In: DURAND, J. C. G. et al. (Org.). **Sociologia do desenvolvimento II**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARINI, R. M. Desenvolvimento e dependência. In: **Correio Brasiliense**, 1992. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/020_desenvolvimento_port.htm>. Acesso em: 04 jan. 2008.
- _____. **En torno a dialéctica de la dependencia**. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/005_torno_dialectica_es.htm>. Acesso em: 04 jan. 2008.
- _____. **Dialéctica de la dependencia**. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/005_torno_dialectica_es.htm>. Acesso em: 04 jan. 2008.
- MORIN, Edgar. **Terra pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.
- RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia do desenvolvimento. In: **Revista de Antropologia**, USP, n.34, 1991, p. 59-101.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- SAMPAIO, M. G. V. Uma análise do debate sobre a dependência. In: **Conjuntura e Planejamento**, Salvador: SEI, n.139, p.20-24, dez., 2005. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/conj_planejamento/pdf/c&p139/artigo_1.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2008.
- SINGER, P. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. **Estudos avançados** [online], 1998, v.12, n.33, p.119-130. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n33,v12n33a08.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2008.